

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 30 de junho de 2020, a empresa administrava 32 grupos de consórcios (24 grupos em 30 de junho de 2019) com uma base de clientes ativos de 15.552 consorciados (14.577 consorciados ativos 30 de junho de 2019) e 7.841 bens entregues (6.291 de bens entregues em 30 de junho de 2019).

Eventos Societários

Os sócios da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., se reuniram em 5 de agosto de 2019 e deliberaram pela aprovação da eleição do Sr. Fabien Jean Michel Tournier para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia com sua posse condicionada à aprovação pelo Banco Central do Brasil a qual ocorreu em 18 de março de 2020, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli é exonerada deste cargo.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$11.511 milhões em 30 de junho de 2020, apresentando evolução de 35,0% em relação a R\$8.527 milhões em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$2,9 milhões (30/06/2019 - R\$1,1 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2020, os ativos totais atingiram R\$18.445 milhões (31/12/2019 - R\$14.987 milhões). Desse montante destacamos R\$11.581 milhões de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 30 de junho de 2020, o exigível total atingiu R\$ 6.934 milhões (31/12/2019 - R\$6.460 milhões),

representado, por Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$ 818 mil (31/12/2019 - R\$ 207 mil) e Outras Obrigações - Diversas atingiu R\$ 6.116 milhões (31/12/2019 - R\$6.253 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não procurados, pendentes de recebimento - Grupos encerrados e acordos comerciais.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no semestre findo em 30 de junho de 2020, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Ademais, a Administradora de Consórcio RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 28 de setembro de 2020

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa		Nota explicativa		Passivo	Nota explicativa		Nota explicativa	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Circulante	1.272	1.022			Circulante	3.623	2.507		
Caixa e equivalentes a caixa	81	7			Outras obrigações	3.623	2.507		
Títulos e valores mobiliários	4	556	457		Fiscais e previdenciárias	818	207		
Livres		556	457		Diversas	7	2.805	2.300	
Carteira própria - Cotas de fundos de investimentos	4.a	556	457		Exigível a longo prazo	3.311	3.953		
Outros créditos	5	635	558		Diversas	7	3.311	3.953	
Rendas a receber		635	558		Patrimônio líquido	11.511	8.527		
Realizável a longo prazo	16.868	13.660			Capital social	9.a	7.270	7.270	
Títulos e valores mobiliários	4	11.581	7.066		De domiciliados no país		5	5	
Livres		11.581	7.066		De domiciliados no exterior		7.265	7.265	
Carteira própria	4.b	11.581	7.066		Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	
Outros créditos	5	4.474	5.557		Reserva de lucro	9.b	4.241	1.257	
Créditos específicos	5.a	1.349	1.271						
Impostos a compensar		3.125	4.286						
Crédito tributário	6	813	1.037						
Ativo permanente		305	305						
Imobilizado de Uso		305	305						
Total do ativo		18.445	14.987		Total do passivo e patrimônio líquido		18.445	14.987	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
Receitas da intermediação financeira		141	162
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		141	162
Resultado bruto da intermediação financeira		141	162
Outras receitas (despesas) operacionais		4.335	1.341
Receita de prestação de serviços	10	21.103	19.046
Despesas gerais e administrativas	11	(16.291)	(17.121)
Despesas tributárias		(1.197)	(830)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	720	246
Resultado antes da tributação sobre lucros		4.476	1.503
Imposto de renda e contribuição social	6	(1.492)	(360)
Imposto de renda - corrente		(929)	(227)
Contribuição social - corrente		(339)	(86)
Ativo fiscal diferido		(224)	(47)
Lucro líquido do semestre		2.984	1.143
Lucro líquido por quotas - R\$		0,41	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	2020 1º Semestre	2019 1º Semestre
Circulante e não circulante		123.954	80.190
Depósitos bancários		2.381	926
Aplicações financeiras	14	44.225	29.714
Disponibilidade dos grupos		7.262	6.620
Vinculado a contemplações		36.963	22.479
Recursos de grupos em formação		-	615
Outros créditos		77.349	49.550
Bens retomados ou devolvidos		24	21
Direitos junto a consorciados contemplados	15	77.324	49.529
Compensação		1.029.278	1.004.325
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		8.851	4.414
Contribuições devidas aos grupos		527.124	510.451
Bens a contemplar		493.303	489.460
Total do ativo		1.153.232	1.084.515

Passivo		2020 1º Semestre	2019 1º Semestre
Circulante e não circulante		123.954	80.190
Obrigações com consorciados		52.243	38.457
Valores a repassar		5.598	3.064
Contemplações a entregar		36.963	22.479
Recursos a devolver a consorciados		20.711	11.304
Recursos do grupo		8.438	4.886
Compensação		1.029.278	1.004.325
Recursos mensais a receber de consorciados		8.851	4.414
Obrigações dos grupos por contribuições		527.124	510.451
Bens a contemplar		493.303	489.460
Total do passivo		1.153.232	1.084.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES

DE GRUPOS - Semestres findos em 30 de junho de 2020 em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2020 1º Semestre	2019 1º Semestre
Disponibilidades no início do período	36.935	23.698
Depósitos bancários	4.028	950
Aplicações financeiras	32.907	22.748
(+) Recursos coletados	67.420	53.251
Contribuições para aquisição de bens	43.941	31.448
Taxa de administração	20.010	17.630
Contribuições ao fundo de reserva	1.073	837
Rendimentos de aplicações financeiras	529	110
Multas e juros moratórios recebidos	259	155
Prêmios de seguros	533	737
Outros	1.075	2.334
(-) Recursos utilizados	(57.749)	(46.309)
Aquisição de bens	(34.941)	(26.181)
Taxa de administração	(20.169)	(18.226)
Multas e juros	(122)	(71)
Prêmios de seguros pagos	(558)	(777)
Devoluções a consorciados desligados	(290)	(72)
Outros	(1.669)	(982)
Disponibilidades no final do período	46.605	30.640
Depósitos bancários	2.381	926
Aplicações financeiras	44.224	29.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2020 1º Semestre	2019 1º Semestre
Lucro líquido do semestre	2.984	1.143
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-	-
Resultado abrangente do semestre	2.984	1.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Semestres findos em 30 de junho de 2020 em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2020 1º semestre	2019 1º semestre
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	2.984	1.143
Lucro líquido do semestre	2.984	1.143
Provisão para riscos cíveis, obrigações legais e previdenciárias	117	22
Imposto de renda e CSLL diferidos	224	47
Outros ajustes	-	13
Variações de ativos e passivos	(3.251)	(1.229)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários - Letras de Câmbio/Cotas de fundo de investimento	(4.614)	(532)
Aumento (redução) em outros créditos	1.006	(381)
Redução (aumento) em outras obrigações	1.070	275
Imposto de renda e contribuição social pagos	(713)	(591)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	74	(4)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	74	(4)
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre	7	6
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre	81	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2020 em 30 de junho de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucro/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		7.270			(1.188)	6.082
Lucro do semestre					2.434	2.434
Outros ajustes exercícios anteriores				11		11
Saldos em 31 de dezembro de 2019		7.270		1.257		8.527
Saldos em 30 de junho de 2019		7.270			(32)	7.238
Lucro do semestre					1.291	1.291
Reserva de lucros				1.246	(1.246)	
Outros ajustes exercícios anteriores			(13)	11		(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9	7.270		1.257		8.527
Lucro do semestre					2.984	2.984
Transferência para reserva de lucro				2.984	(2.984)	
Saldos em 30 de junho de 2020	9	7.270		4.241		11.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

Impactos da Covid-19 nas demonstrações financeiras

Em meados de março/2020, a Administradora passou a adotar as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os colaboradores que prestam serviços a Administradora, foram orientados a permanecer em suas residências.

Vale destacar que a atividade da Administradora não é de atendimento ao público na estrutura física. Tais atividades são desempenhadas por meio de parceiros e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de consórcio e não notou impacto negativo no resultado do primeiro semestre e não prevê variações significativas no segundo semestre deste ano.

A Administradora continuará atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos colaboradores, consorciados, parceiros de negócio e toda a comunidade.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em atendimento a Circular 3.959/19, foram acrescentadas informações relevantes nas demonstrações financeiras da Administradora, como a adição da demonstração de resultado abrangente.

Com essas novas exigências para divulgação das demonstrações financeiras a partir do primeiro semestre de 2020, houve impactos relevantes nas reclassificações de contas de Balanço Patrimonial, como a inserção de novos títulos contábeis "Caixa e equivalentes a caixa" no circulante e "Créditos tributários" no Realizável a longo prazo.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 28 de setembro de 2020.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. Resultado das operações

A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme disposições na Circular BACEN nº 2381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado quando da realização da venda em consonância às disposições da Carta-Circular nº 2598 de 27 de novembro de 1995. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou serem mantidos até o seu vencimento. A apresentação no balanço entre ativos circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos. Os rendimentos intrínsecos são reconhecidos na demonstração de resultado e os ajustes a valor de mercado, ainda não realizados, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento: nessa categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A apresentação no balanço entre ativo circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos.

e. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

f. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

g. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.
- Provisões para riscos: são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas, com base na apuração do lucro real, sobre as bases tributáveis, e as alíquotas, de acordo com a legislação fiscal vigente. Foi utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% (quando aplicável) sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal de imposto de renda e a base negativa de contribuição social, estão apresentados nas notas explicativas 5 e 6.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e a expectativa de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

j. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, desconto o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

k. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos quotistas, proporcionalmente às respectivas quotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

3.2 Dos grupos de consórcio

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Provisão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme determina a Circular Bacen nº 2.381/93.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens, à razão de 8% a 19% sobre a referida contribuição.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

4. Títulos e valores mobiliários - Administradora

	Instituição	2020	2019
Circulante			
Carteira própria - Cotas de fundo de investimento (a)	Bradesco	556	457
Realizável longo prazo			
Carteira própria - Letras cambiais	Banco RCI Brasil	11.581	7.066
Total		12.137	7.523

(a) Cotas de Fundo de Investimento administrado pelo Banco Bradesco S.A. com lastro em títulos públicos e não exclusivos, classificadas como disponíveis para venda, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

5. Outros créditos - Diversos

	2020	2019
Rendas a receber	635	558
Diversos		
Valores específicos de grupos de consórcio (a)	1.349	1.271
Impostos a compensar	3.125	4.286
Total	5.109	6.115
Circulante	635	558
Realizável a longo prazo	4.474	5.557

(a) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, registrados também no passivo conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 7 (b).

6. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2020	2019
	1º semestre	1º Semestre
Resultado antes da tributação sobre lucros	4.477	1.503
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(1.522)	(511)
Prejuízo compensado	59	139
Outros ajustes	-	12
Imposto de renda e contribuição social	(1.492)	(360)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(224)	(47)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(1.268)	(313)

Em 30 de junho de 2020, a Administradora não possuía saldo de prejuízo fiscal (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2019) e de base negativa de contribuição social (R\$ 174 em 31 de dezembro de 2019).

A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 804 em 30 de junho de 2020 (R\$ 1.028 em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de junho de 2020, a Administradora possui créditos tributários não ativados sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 236 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2019).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Créditos Tributários	31/12/2019	Constituições	Realizações	30/06/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisão para despesas com comissões	2.282	6.315	(7.915)	682
Provisão para serviços de consórcio	472	5.052	(4.048)	1.476
Provisão para bônus adicional	240	81	(240)	81
Provisão para contingências	296	480	(362)	414
Outros	(267)	47	(69)	(289)
Total base dos créditos	3.024	11.975	(12.634)	2.365
Imposto de renda diferido (25%)	756	2.994	(3.159)	591
Contribuição social diferido (9%)	272	1.078	(1.137)	213
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.028	4.072	(4.296)	804

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução 3.174/03, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de cinco anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2020, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Realização	Créditos Tributários	Valor Presente
2020		683	670
2021		121	118
Total		804	788

O valor presente fora calculado mediante taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2020 correspondente a 2,00%.

7. Outras obrigações - Diversas

	2020	2019
Recursos a devolver a consorciados (a)	555	457
Recursos pendentes - Em cobrança judicial (b)	1.349	1.271
Credores diversos - País (c)	724	407
Provisão para riscos cíveis (Nota explicativa nº 8)	490	373
Provisão para comissões e bônus adicional	762	2.522
Provisão para serviços de terceiros (d)	1.634	652
Outros (e)	602	571
Total	6.116	6.253
Circulante	2.805	2.300
Exigível a longo prazo	3.311	3.953

(a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.

(b) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados registrados no mesmo montante em contas do ativo na rubrica "Valores específicos de grupos de consórcio", conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 5 (a).

(c) Representam fornecedores a pagar e valores dos grupos encerrados que ainda não foram repassados para a administradora.

(d) Representam provisões para serviços de terceiros e auditoria externa.

(e) Representam valores a pagar a partes relacionadas e credores no exterior.

8. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 30 de junho de 2020, a Administradora possui provisão para passivos contingentes, a qual apresentou a seguinte movimentação no semestre e exercício:

	2020			2019		
	1º semestre			Exercício		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo inicial	373	-	-	295	(44)	-
Reversão	(413)	(3)	-	(223)	(44)	-
Constituição	400	6	127	301	-	-
Saldo final	360	3	127	373	-	-
Quantidade	24	1	1	23	-	-

A Administradora possui em 30 de junho de 2020, outras 76 ações cíveis (61 em 2019) e 2 trabalhistas (1 em 2019), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 2.160 (R\$ 1.820 em 2019) e R\$ 34 (R\$ 58 em 2018), respectivamente. Dos processos cíveis, a Administradora possui um processo individualmente significativo de R\$ 477, onde trata-se de uma ação de cobrança.

9. Capital social

a. Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No semestre de 30 de junho de 2020, a Administradora constituiu lucros no valor de R\$ 2.984 e destinou para reserva de lucros, totalizando R\$ 4.241.

A Administradora não realizou distribuição de dividendos, respeitando assim a determinação constante na resolução Bacen nº 4.820.

10. Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e com taxas de administração que variam entre 8% e 21%.

	2020	2019
	1º semestre	1º semestre
Receita de prestação de serviços	21.103	19.045

11. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
	1º Semestre	1º Semestre
Despesas com comissões	9.493	13.220
Despesas de serviços técnicos	4.933	2.844
Propaganda e publicidade	289	270
Serviços administrativos	579	615
Outras despesas administrativas (a)	997	172
Total	16.291	17.121

(a) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, perdas com administração de consórcio, despesas com gravames, processamento de dados, despesas legais e judiciais, e viagens e estadias.

12. Outras receitas (despesas) operacionais

	2020	2019
	1º Semestre	1º Semestre
Resultado de provisões para serviços prestados (a)	(1.004)	(109)
Resultado de provisão de comissão	(763)	(1.926)
Reversão de provisão de comissão (b)	2.522	2.246
Resultado de variações monetárias	60	107
Resultado de provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 8)	(117)	(22)
Outras receitas operacionais (c)	22	(50)
Total	720	246

(a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.

(b) Representam reversão de bônus adicional de R\$ 240 referente pagamento sobre cotas ativas em dezembro de 2019 e reversão de comissão no valor de R\$ 2.282.

(c) Saldo composto substancialmente por provisão de auditoria e taxa de cartão de crédito.

13. Grupos de consórcio

Os controles contábeis dos grupos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, compostos apenas por automóveis, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Quantidades	
	30/06/2020	30/06/2019
Grupos administrados	32	24
Consorticiados ativos	15.552	14.577
Bens entregues no semestre	763	591
Bens entregues totais	7.841	6.291
Bens pendentes de entrega	720	604
Desistentes e excluídos totais	34.387	20.279
Desistentes e excluídos no semestre	6.967	4.549

Em 30 de junho de 2020, a taxa de inadimplência é de 2,78% (1,96% em 30 de junho de 2019).

14. Aplicações financeiras - Grupos

	Instituição	2020	2019
		1º Semestre	1º Semestre
Cotas de fundo de investimento - DI*	Bradesco	44.225	29.714
Total		44.225	29.714

(* Cotas de fundo de investimento - DI administrado pelo Banco Bradesco S.A., com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

15. Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2020	2019
	1º Semestre	1º Semestre
Curso normal	75.966	48.691
Em atraso	1.076	470
Em cobrança judicial	282	368
Total	77.324	49.529

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Brasil que é composto, adicionalmente, pelas seguintes empresas: Banco RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 62.307.848/0001-15), Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 04.406.267/0001-34) e RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. (CNPJ nº 13.758.102/0001-12). No semestre de 2020, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. provisionou os valores elencados abaixo referente partes relacionadas:

Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Banco RCI Brasil S.A.	11.581	7.066	63	78
DIAC S.A.	-	-	195	194
RCI Banque S.A.	-	-	343	299
Total	11.581	7.066	601	571

Partes Relacionadas

	Receita/Despesa	
	2020	2019
Banco RCI Brasil S.A. (a)	(467)	(364)
DIAC S.A. (b)	(66)	(15)
RCI Banque S.A. (c)	(509)	(146)
Total	(1.042)	(525)

(a) Despesas de pessoal destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
 (b) Despesas de informática destinado à Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
 (c) Despesas administrativas destinado à Controladora da Administradora

17. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

DIRETORIA
Fabien Jean Michel Tournier
Director Administrativo Financeiro
Jean Philippe Jacques Maurice Vallée
 Diretor-Presidente

CONTADORA
Suely Cristina da Silva Lima
 CRC - 1SP155421/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da

 Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.
 Santana de Parnaíba - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2020 e demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2020 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir

relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar da Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de setembro de 2020


KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia
 Contador CRC 1SP-252418/O-3